



ASSEMBLEIA NACIONAL

IX LEGISLATURA – 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE O NOVO BANCO

RESOLUÇÃO Nº 33/IX/2017

Regulamento Interno

Artigo 1.º

Objeto

1. O objeto do inquérito a realizar-se pela presente Comissão Parlamentar é definido no artigo 2.º da Resolução nº 33/IX/2017, de 12 de abril.

Artigo 2.º

Metodologia de trabalho

A CPI-Novo Banco pode orientar-se pelos Planos de Visita, Audições, Reuniões e Encontros, previamente programados.

Artigo 3.º

Composição, quórum e deliberação

1. A CPI-Novo Banco tem a seguinte composição:
 - a) Grupo Parlamentar do MPD – 6 (seis) Deputados
 - b) Grupo Parlamentar do PAICV – 4 (quatro) Deputados
2. A CPI-Novo Banco pode funcionar com a presença de, pelo menos, um terço dos seus membros, mas só pode deliberar estando presente a maioria dos seus membros.
3. A CPI-Novo Banco delibera por maioria absoluta de votos dos seus membros.

Artigo 4.º

Composição e competência da Mesa

1. A Mesa é composta pelo Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário.
2. O Vice-Presidente e o Secretário são indicados na primeira reunião da Comissão.
3. Compete à Mesa colaborar na organização dos trabalhos da CPI-Novo Banco.

Artigo 5.º
Competências do Presidente

1. Compete ao Presidente:
 - a) Representar a CPI-Novo Banco;
 - b) Convocar as reuniões, ouvidos os restantes membros da mesa e de acordo com a programação dos trabalhos a definir pela CPI-Novo Banco;
 - c) Dirigir os trabalhos da CPI-Novo Banco;
 - d) Convocar e dirigir os trabalhos da Mesa;
 - e) Apreciar a justificação das faltas dos membros da CPI-Novo Banco;
 - f) Despachar o expediente normal da CPI-Novo Banco, dele dando conhecimento à mesa;
 - g) Desempenhar as competências atribuídas pela lei e pelo Regimento.
2. O Presidente pode delegar no Vice-Presidente algumas das competências enunciadas no n.º 1.

Artigo 6.º
Competências do Vice-Presidente e do Secretário

1. O Vice-Presidente substitui o Presidente nas suas ausências, no que se refere à competência constante da alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º, e no seu impedimento quanto às outras competências, sem prejuízo do exercício de competências específicas que o Presidente nele delegue.
2. O Secretário coadjuva o Presidente, ou seu substituto, na direcção dos trabalhos da comissão.

Artigo 7.º
Diligências Instrutórias

1. A CPI-Novo Banco pode, a requerimento fundamentado dos seus membros, solicitar por escrito ao Governo, às autoridades judiciais, aos órgãos da Administração ou as entidades privadas, as informações e os documentos que sejam considerados úteis à realização do inquérito.
2. A CPI- Novo Banco pode proceder, por deliberação sua, à convocação de qualquer cidadão para depor sobre fatos relativos ao inquérito.

Artigo 8.º
Documentos classificados

1. Deve ser observada a classificação indicada nos documentos recebidos na Comissão, podendo a Mesa, por sua iniciativa, ou por deliberação da própria CPI-Novo Banco, solicitar à entidade de origem a sua desclassificação, sem prejuízo do disposto na lei para os documentos provenientes de entidades públicas.

1

2. Da documentação classificada como de divulgação restrita, apenas é distribuída aos membros desta CPI- Novo Banco.

Artigo 9.º

Prestação de depoimento

1. As pessoas convocadas para depor, querendo, podem fazer-se acompanhar de advogado.
2. A prestação do depoimento inicial é facultativa e não deve exceder dez minutos.
3. Após o depoimento inicial, os membros da Comissão dispõem de dez minutos por cada Grupo Parlamentar, para formular perguntas ao depoente.
4. Numa segunda ronda de perguntas, cada grupo parlamentar dispõe de cinco minutos.
5. Findas estas duas rondas, cada Deputado dispõe de três minutos para formular perguntas.
6. A inquirição inicia-se e é feita, para cada depoente, de modo alternado dos Grupos Parlamentares.
7. A forma dos depoimentos rege-se pelas normas aplicáveis do Código de Processo Penal sobre prova testemunhal.

Artigo 10.º

Sigilo e faltas

1. O Deputado que violar o dever de sigilo em relação aos trabalhos da Comissão ou faltar sem justificação a mais de quatro reuniões perde a qualidade de membro da CPI- Novo Banco.
2. No caso de haver violação de sigilo, a Comissão de Inquérito deve promover uma investigação sumária e deliberar, por maioria qualificada de dois terços, sobre a sua verificação e a identidade do seu autor, para efeitos de comunicação ao Presidente da Assembleia Nacional.

Artigo 11.º

Relatório

1. A Comissão designa, no seu seio dois relatores, um por cada Grupo Parlamentar nele representado, podendo ainda deliberar sobre a criação de um grupo de trabalho constituído por Deputados representantes dos dois Grupos Parlamentares.
2. O grupo de trabalho será presidido pelo Presidente da CPI- Novo Banco ou por quem este designar.
3. O trabalho produzido pelo referido grupo é instrumental e acessório da Comissão.
4. O projeto de relatório termina por uma votação final global, seguida de declarações de voto e ainda, eventualmente, pela apresentação de um projeto de resolução.
5. O relatório final refere obrigatoriamente:
 - a) O objeto do inquérito;

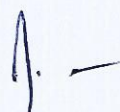
- b) O questionário, se o houver;
 - c) As diligências efetuadas pela Comissão;
 - d) Os documentos solicitados e obtidos;
 - e) As conclusões do inquérito e respetivos fundamentos;
 - f) O sentido de voto de cada membro da CPI-Novo Banco, bem como as declarações de voto escritas.
6. Caso o projeto de relatório seja rejeitado pela Comissão, deverá ser designado novo relator.
7. A Comissão pode propor ao Plenário a elaboração de relatórios separados, se entender que o objeto do inquérito é suscetível de investigação parcelar, devendo os respetivos relatórios ser tidos em consideração no relatório final.
8. O relatório e as declarações de voto são publicados obrigatoriamente no Boletim Oficial.

Artigo 12.º **Registo áudio e vídeo**

1. As reuniões, diligências e inquirições da Comissão são objeto de gravação, salvo se, por motivo fundamentado, a Comissão deliberar noutro sentido.
2. A transcrição das gravações destina-se à instrução escrita do processo de inquérito.
3. Os registos de áudio e vídeo ficam, em permanência, guardados nos respetivos sistemas e são públicos, salvo se a Mesa da Comissão deliberar em contrário no decurso do inquérito, passando posteriormente essa competência para a Presidência da Assembleia Nacional.

Artigo 13.º **Publicidade dos Trabalhos**

1. As reuniões e diligências efectuadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito são públicas nos casos previstos no n.º 2 do presente artigo e quando a Comissão assim o deliberar.
2. São públicas:
 - a) As reuniões iniciais de tomada de posse, eleição da mesa, aprovação do regulamento e definição de objetivos, designadamente através da elaboração do questionário;
 - b) A reunião final de votação e declarações de voto em relação ao relatório e eventualmente ao projeto de resolução;
 - c) As reuniões relativamente às quais os depoentes manifestem interesse na sua publicidade, desde que a Comissão reconheça que aquela não prejudicará os objetivos do inquérito e a eficácia dos trabalhos.



3. Só o Presidente da Comissão, ouvida esta, pode prestar declarações públicas relativas à matéria reservada do inquérito.
4. As actas da Comissão bem como todos os documentos na sua posse podem ser consultadas após a aprovação do relatório final, nas seguintes condições:
 - a) Não revelem matéria sujeita a segredo de Estado, a segredo de justiça ou a sigilo por razões da reserva de intimidade das pessoas;
 - b) Não ponham em perigo o segredo das fontes de informação constantes do inquérito, a menos que haja autorização dos interessados.
5. Os depoimentos feitos perante à Comissão não podem ser consultados ou publicados, salvo autorização do seu autor ou do Plenário.

Artigo 14.º
Direito subsidiário


Aplicam-se em caso de dúvidas ou lacunas as normas do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, estatuído na Lei n.º 110/V/99, de 13 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5/VI/2001, de 17 de Novembro, bem como do Regimento da Assembleia Nacional.

Artigo 15.º
Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor, imediatamente após a sua aprovação e publicação no sítio da Assembleia Nacional, ficando sem efeito uma vez cessadas as funções da Comissão.

Praia, aos 23 dias do mês de maio de 2017

O Presidente da Comissão,



/Manuel Inocêncio Sousa/